

**12. PROPOSTA DE RETIFICAÇÃO DO CONTEÚDO DA MINUTA DO CONTRATO DE CONCESSÃO Nº CPCOP.1.18.DMOSM – “CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UM TERRENO MUNICIPAL PARA A CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE COMPLEXO DESPORTIVO INTEGRADO”:**

Da **DMOSM** submetendo proposta de retificação do conteúdo da minuta do contrato acima mencionado, proposta essa que se anexa.

Torna-se ainda necessário **ratificar** a decisão do Sr. Presidente de **7 de março de 2019**, sobre prorrogação do prazo para entrega dos documentos de habilitação em falta, aprovada pelo Sr. Presidente em 07/03/2019.



BRAGA

DMOSM

CONCURSO PÚBLICO: CPCOP.1.18.DMOSM  
Proposta de retificação de minuta

DELIBERAÇÃO:

*A reunião do  
Executivo Municipal.*

*19 Março 2019*

Remeta-se ao Sr. Presidente.

A Diretora da DMOSM,

  
(Eng.ª Alzira Torres)

*2019/03/19*

Despacho:

*Per* O Presidente,

  
(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

CONCURSO PÚBLICO: CPCOP.1.18.DMOSM

**Contratação:** procedimento "CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UM TERRENO MUNICIPAL PARA CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE COMPLEXO DESPORTIVO INTEGRADO"

## PROPOSTA DE RETIFICAÇÃO DO CONTEÚDO DO MINUTA DO CONTRATO

A empresa SUPERA AREEIRO, SA, adjudicatária do procedimento acima identificado, veio no prazo estipulado para o efeito, apresentar uma reclamação sobre a minuta do contrato aprovada pelo Órgão Executivo, em 11/02/2019.

A reclamação apresentada refere-se ao conteúdo do n.º1 da cláusula 8ª da referida minuta, nomeadamente, à parte final, onde se prevê que ao valor da contrapartida que o Concessionário pagará ao Concedente, seja acrescido o IVA à taxa legal em vigor.

De facto, não estando previsto nas peças do procedimento este acréscimo de IVA, tratou-se meramente de um lapso, pelo que se propõe a retificação do conteúdo da minuta do contrato.

*sf*

Assim,

onde se lê:

"

**Cláusula 8.ª**

**(Contrapartidas)**

1.- O Concessionário pagará ao Concedente, a título de contrapartida, o montante de € 1.050. 001,00 (um milhão cinquenta mil e um euros), acrescido de IVA calculado à taxa legal em vigor."

deverá ler-se:

"

**Cláusula 8.ª**

**(Contrapartidas)**

1.- O Concessionário pagará ao Concedente, a título de contrapartida, o montante de € 1.050. 001,00 (um milhão cinquenta mil e um euros)."

Adicionalmente e para assegurar a habilitação necessária do concessionário para a execução da obra pública que constitui objeto da concessão, o adjudicatário pretende contar com a colaboração da RODIO PORTUGAL, SA, sociedade empreiteira titular de alvará de empreiteiro de obras públicas emitido pelo IMPIC com o número 7-PUB.

Para efeitos da execução do contrato, a SUPERA AREEIRO, SA, e a RODIO PORTUGAL, SA, associaram-se em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária passiva para com o Concedente, nos termos do instrumento contratual anexo à presente.

Através daquela forma de agrupamento, as entidades que integrarão o concessionário responderão, entre si e perante o concedente, solidariamente pelo bom e pontual cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato de concessão. A chefia do consórcio será assumida pelo contraente SUPERA AREEIRO, SA, competindo-lhe, nessa qualidade, exercer as funções internas e externas que contratualmente lhe forem atribuídas. Qualquer alteração no

Página 2 de 3

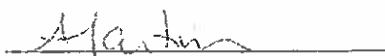
regime de responsabilidades, bem como da composição ou liderança dos segundos contraentes, ou do consórcio, terá de ser previamente autorizado, por escrito, pelo concedente.

Para acomodar tais especificações no título contratual, os «*considerandos contratuais*» foram reformulados, fazendo-se idêntica referência ao contrato de consórcio na cláusula 2.ª, desta forma salvaguardando-se os interesses do Município de Braga através do regime solidário de responsabilidades e proibindo-se a alteração daquele regime pelas entidades que compõe o concedente.

Propõe-se, assim, a aprovação da minuta de contrato de concessão com as alterações identificadas.

Braga, 19 de março de 2019

DMOSM,



(Ana Martins, Engª Civil)

**MINUTA / CONTRATO DE CONCESSÃO N.º CPCOP.1.18.DMOSM**

**"Concessão de Exploração de um Terreno Municipal para a Construção e Exploração de Complexo Desportivo Integrado"**

ENTRE

**Primeiro: MUNICÍPIO DE BRAGA**, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificado por **«Concedente»**; \_\_\_\_\_

E

**Segundas: SUPERA AREEIRO, SA**, com sede na Avenida de Roma, n.º 26 AA, 1000-266 Lisboa, pessoa coletiva n.º 509822533, matriculada na..... sob o número....., com o capital social de € ..... (.....euros), aqui representada por....., na qualidade de....., com poderes para obrigar, e **RODIO PORTUGAL, SA**, com sede na Avenida dos Combatentes, n.º 52, Abrunheira, pessoa coletiva n.º 500273308, matriculada na..... sob o número....., com o capital social de € ..... (.....euros), aqui representada por....., na qualidade de....., com poderes para obrigar conforme....., agrupadas em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária passiva, doravante identificadas **simplesmente por «Concessionário»**. \_\_\_\_\_

**Considerando que:** \_\_\_\_\_

- a) Por deliberação de 26/11/2018, da sua Câmara Municipal, devidamente autorizada pela Assembleia Municipal na sessão de 14/12/2018, a Concedente promoveu o concurso público para a «Concessão de Exploração de um Terreno Municipal para a Construção e Exploração do Complexo Desportivo Integrado», futuro complexo desportivo Municipal de Braga, por intermédio de anúncios publicados no Diário da República, n.º 11074/2018 de 20/12/2018, e, em 22/12/2018 no Jornal Oficial da União Europeia, com o n.º 2018/S 247-571631;
- b) A Câmara Municipal de Braga, no seguimento do Relatório de Avaliação da Proposta apresentada e da recomendação nele vertida pelo Júri, pela

deliberação datada de ..... de ..... de 2019, adjudicou à **SUPERA AREEIRO, SA**, a concessão, objeto do referenciado procedimento;

- c) Para a execução dos trabalhos de construção no terreno municipal, o adjudicatário pretende contar com a colaboração da **RODIO PORTUGAL, SA**, sociedade empreiteira titular de alvará de empreiteiro de obras públicas emitido pelo IMPIC com o número 7-PUB;
- d) Para efeitos da execução do contrato, a **SUPERA AREEIRO, SA**, e a **RODIO PORTUGAL, SA**, associaram-se em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária passiva para com o Concedente, nos termos do instrumento contratual anexo ao presente e que dele faz parte integrante para todos os efeitos;
- e) Os, aqui, segundos outorgantes em consórcio externo respondem, entre si e perante o concedente, solidariamente pelo bom e pontual cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato de concessão;
- f) A chefia do consórcio é assumida pelo contraente **SUPERA AREEIRO, SA**, competindo-lhe, nessa qualidade, exercer as funções internas e externas que contratualmente lhe forem atribuídas;
- g) Qualquer alteração no regime de responsabilidades, bem como da composição ou liderança dos segundos contraentes, ou do consórcio, terá de ser previamente autorizado, por escrito, pelo concedente;
- h) A minuta do contrato de concessão foi aprovada pela deliberação da Câmara Municipal de Braga de ... de ..... de 2019, tendo sido retificada e aprovada pela deliberação da Câmara Municipal de Braga de ... de ..... de 2019.
- i) O Concessionário fica subordinado às exigências de interesse público implicados na concessão, objeto do contrato, e investido nos riscos a ela inerentes, nos termos do disposto no artigo 413.º do Código dos Contratos Públicos, constituindo esse pressuposto a base do equilíbrio contratual definido pelos, aqui, outorgantes;

\_\_\_\_\_ **É celebrado o presente contrato de concessão de obra pública, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam.**\_\_\_\_\_

#### **Cláusula 1.ª**

##### **(Objeto do contrato)**

1.- A Concedente atribui ao Concessionário, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 407.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, a construção e a

exploração do Complexo Desportivo Integrado, na Rua Luís Soares Barbosa, no município de Braga, que compreende as prestações principais seguintes:

A construção e exploração de um Complexo Desportivo Municipal num lote de área total de 6476m<sup>2</sup>, com uma área de implantação de 3.000m<sup>2</sup> e uma cêrcea máxima de 12 metros;

A construção, no mesmo lote de terreno, de um estacionamento subterrâneo com cerca de 150 lugares de estacionamento;

A apresentação à Câmara Municipal de Braga, para efeitos de controlo prévio e licenciamento urbanístico, no âmbito da legislação aplicável, do projeto de execução, compreendendo todas as especialidades, do Complexo Desportivo Municipal de Braga com piscina, sauna, spa, salas de atividade de grupo, salas de exercício e musculação;

A execução, durante o prazo de vigência da concessão, da manutenção, limpeza e bom funcionamento do Complexo Desportivo Municipal de Braga;

O pagamento de todas as despesas de investimento e exploração do Complexo Desportivo Integrado, que são da sua responsabilidade;

A segurança da obra e do Complexo Desportivo Municipal de Braga, uma vez erigido e ao longo de todo o prazo da sua exploração;

2.- Constituem, ainda, prestações devidas pelo Concessionário, as demais obrigações previstas na Cláusula 3.º do Caderno de Encargos, que integra o âmbito do presente contrato, sem prejuízo das obrigações impostas no artigo 414.º do Código dos Contratos Públicos.

## **Cláusula 2.ª**

### **(Âmbito do contrato)**

1.- Fazem parte integrante deste contrato, para além do presente título contratual, nos termos da cláusula 2.ª do Caderno de Encargos e em conformidade com o prescrito no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos:

- Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos interessados em fase pré-contratual e que foram expressamente aceites pela Concedente na sua condição de entidade adjudicante;

- a) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- b) O Caderno de Encargos;
- c) A proposta do Concessionário;

d) O contrato de consórcio outorgado em 12 de março de 2019 pelas entidades que constituem o concessionário.

2.- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são ali relacionados.

### **Cláusula 3.ª**

#### **(Prazos)**

A concessão terá a duração de 40 (quarenta) anos, nos termos previstos na cláusula 5ª do Caderno de Encargos.

### **Cláusula 4.ª**

#### **(Construção)**

1.- O projeto de execução será elaborado pelo Concessionário de harmonia com os elementos de solução da obra (a proposta funcional, a proposta arquitetónica e a proposta urbanística), nos termos e condições constantes da proposta do Concessionário, e obedecerão ao prescrito no Caderno de Encargos e nas diferentes peças que integram o processo de concurso.

2.- A obra será executada em estrita conformidade com os projetos de execução elaborados nos termos do número anterior.

3.- Em tudo o que respeite à realização dos trabalhos de construção necessários para a realização do objeto da concessão e não especialmente regulados pelo Caderno de Encargos, observar-se-á, com as necessárias adaptações, o regime previsto no capítulo I do título II da parte III do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 5.ª**

#### **(Local da obra)**

Os trabalhos de construção, objeto deste contrato, serão executados na freguesia de São Vitor, concelho de Braga, em lote de terreno municipal sito na Rua Luís Soares Barbosa, em local melhor identificado nos documentos que integram o processo do procedimento de contratação identificado no considerando a).

### **Cláusula 6.ª**

#### **(Bens afetos à concessão)**

1.- Sem prejuízo do estabelecido na lei, ficam afetos à Concessão, nela se integrando para os devidos e legais efeitos, independentemente de terem sido ou não inventariados, as obras, infraestruturas e equipamentos que integrarão o Complexo Desportivo Municipal Integrado, bem como quaisquer outros bens afetos à exploração e gestão do Concessionário.



2.- O Concessionário é obrigado a manter todos os equipamentos em perfeitas condições de segurança, nos termos da legislação aplicável, suportando os encargos associados a tal obrigação.

3.- O Concessionário é obrigado a elaborar um inventário com o registo da totalidade do património afeto à Concessão, que deve estar permanentemente atualizado e disponível para consulta e fiscalização pelo Concedente.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **(Financiamento)**

1.- O Concessionário assume o financiamento da totalidade das prestações que lhe estão contratualmente atribuídas, nos termos da cláusula 1.ª do presente contrato, bem com o da aquisição, instalação e operação de todo o equipamento necessário à exploração do Complexo Desportivo Integrado.

2.- O Concedente não participará no investimento nem avaliará o que o Concessionário venha a contrair para o efeito.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **(Contrapartidas)**

1.- O Concessionário pagará ao Concedente, a título de contrapartida, o montante de € 1.050. 001,00 (um milhão cinquenta mil e um euros).

2.- A contrapartida prevista no número anterior será paga pelo Concessionário ao Concedente nos termos seguintes:

- 30% do valor total com a outorga do presente contrato;
- 70% no ato de levantamento da licença de construção do Complexo Desportivo Integrado.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **(Fiscalização da Construção)**

1. - Durante a execução da construção, a Concedente será representada por um diretor de fiscalização da obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação distinta no Caderno de Encargos ou neste contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.

2. - O Concedente notificará o Concessionário da identidade do diretor de fiscalização da obra que designe para a fiscalização local dos trabalhos até à data da consignação ou da primeira consignação parcial.

3. - O diretor de fiscalização da obra terá poderes de representação da Concedente em todas as matérias relevantes para a execução dos trabalhos,

nomeadamente para resolver todas as questões que lhe sejam postas pelo Concessionário nesse âmbito, excetuando as matérias de modificação, resolução ou revogação do contrato de concessão.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **(Fiscalização da Exploração)**

1.- O Concedente poderá fiscalizar o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis e, bem assim, das cláusulas do presente contrato, onde quer que o Concessionário exerça a sua atividade no âmbito da exploração do Complexo Desportivo Integrado, podendo, para tanto, exigir-lhe as informações e os documentos que considerar necessários.

2.- O pessoal de fiscalização, devidamente identificado e mandatado, dispõe de livre acesso, no exercício das suas funções, a todas as infraestruturas e equipamentos que integram o estabelecimento da concessão e a todas as instalações do Concessionário, sem prejuízo do seu regular e normal funcionamento.

3.- Para enquadramento da fiscalização, o Concessionário enviará anualmente o programa para o ano seguinte de auditorias internas da qualidade, e ambientais e segurança e as principais não-conformidades detetadas nas auditorias efetuadas durante esse ano, e respetivas ações corretivas.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **(Modificações subjetivas)**

1.- O Concessionário tem por objeto social exclusivo, ao longo de todo o período de duração do contrato, as atividades que se encontram integradas na concessão.

2.- O exercício, pelo Concessionário, de atividades não compreendidas no objeto do presente contrato, ainda que complementares ou acessórias das que constituem o seu objeto principal, dependem de prévia autorização escrita do Concedente.

3.- A cessão da posição contratual por parte do Concessionário depende de autorização prévia escrita por parte do Concedente.

#### **Cláusula 12.ª**

##### **(Reversão de Bens)**

1.- No termo da concessão, reverterem gratuita e automaticamente para o Concedente todos os bens e direitos que integram a concessão, livres de quaisquer ónus ou encargos, obrigando-se o Concessionário, dentro de um prazo razoável fixado

pela Concedente, a entregá-los em bom estado de conservação e funcionamento, sem prejuízo do normal desgaste do seu uso.

2.- Caso o Concessionário não dê cumprimento ao disposto no número anterior, o Concedente promove a realização dos trabalhos e aquisições que sejam necessários à reposição dos bens aí referidos, correndo os respetivos custos pelo Concessionário e podendo ser utilizada a caução para os liquidar no caso de não ocorrer pagamento voluntário e atempado dos montantes debitados pelo Concedente.

3.- Os bens que integram o estabelecimento da concessão são transferidos para o Concedente, nos termos do contrato de concessão, livres de quaisquer ónus ou encargos, no termo do prazo de vigência do contrato.

### **Cláusula 13.ª**

#### **(Caução)**

O Concessionário garante, por caução, o bom e tempestivo cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais inerentes à conceção, construção e garantia da obra que assume com a celebração do contrato de concessão, em montante correspondente a 2% do montante correspondente à utilidade económica imediata do contrato para o Concedente.

### **Cláusula 14.ª**

#### **(Seguros)**

O Concessionário apresentará ao Concedente as apólices dos seguros indicados na Cláusula 14.ª do Caderno de Encargos, emitidos e que se manterão em vigor durante a vigência da concessão.

### **Cláusula 15.ª**

#### **(Confidencialidade e Proteção de Dados Pessoais)**

1.- O Concessionário obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo Concedente ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.

2.- Os dados pessoais a que o Concessionário tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Concedente, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do Concedente.

3.- O Concessionário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou

por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Concedente, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo Concedente.

4.- No caso em que o Concessionário seja autorizado pelo Concedente a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.

5.- O Concessionário obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, doravante designada por LPDP), e na demais legislação aplicável, em particular o Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que celebre com outras entidades por si subcontratadas.

6.- O Concessionário obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:

- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Concedente única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;
- b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
- c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
- d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o Concedente esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do Concedente contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
- f) Prestar ao Concedente toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o Concedente informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao

incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;

- g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.

7.- O Concessionário será responsável por qualquer prejuízo em que o Concedente venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.

8.- Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por "colaborador" toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao Concessionário, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o Concessionário e o referido colaborador.

9.- A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.

#### **Cláusula 16.ª**

##### **(Invalidade parcial)**

Se alguma das disposições deste contrato vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado do mesmo, o qual se manterá plenamente em vigor.

#### **Cláusula 17.ª**

##### **(Despesas do contrato e encargos do Concedente)**

1.- Todas as despesas do contrato, designadamente os emolumentos devidos por força da submissão do contrato de concessão à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, serão da responsabilidade do Concessionário.

2.- Constituem, ainda, encargo do Concessionário as despesas relativas à prestação da caução e resultantes do pagamento dos prémios dos seguros exigidos.

#### **Cláusula 18.ª**

##### **(Foro competente)**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

**Artigo 19.º****(Gestor do contrato)**

1.- O Concedente designa o senhor **Luís Manuel Farla Borges Almeida** como gestor do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º - A do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2.- Fica reservado ao órgão decisor do Concedente a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato.

3.- O Concedente poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir o gestor do contrato.

**Cláusula 20.º****(Comunicações e notificações)**

1.- As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a vigência da concessão, entre o Concedente e o Concessionário, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

2.- Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do Código dos Contratos Públicos, os, aqui, outorgantes convencionam as informações de contacto seguintes:

a) Primeiro outorgante e aqui concedente: **contratacao.empreitadas@cm-braga.pt**.

b) Segundo outorgante e aqui concessionário:.....

3.- As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição.

4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido.

5.- As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte.

**Cláusula 21.º****(Legislação aplicável)**

Em tudo o omissa no presente programa de concurso, observar-se-á o regime do Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

**Cláusula 22.ª****(Vigência)**

O presente contrato entra em vigor na data da notificação à Concedente da declaração de conformidade ou do visto prévio do Tribunal de Contas.

**Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar o presente contrato, feito em feito em duplicado, ficando um exemplar em poder de cada uma das partes.**

Braga, .... de..... de 2019

**Pelo Concedente,**

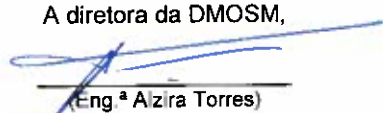
**Pelo Concessionário,**

\_\_\_\_\_  
(.....)

\_\_\_\_\_  
(.....)

**DELIBERAÇÃO:****Remeta-se ao Sr. Presidente.**

A diretora da DMOSM,

  
(Eng.ª Aizira Torres)2019/03/06**Despacho:**

O Presidente,

  
(Dr. Ricardo Brand Antunes Machado Rio)19/03/18**CONCURSO PÚBLICO: CPCOP.1.18.DMOSM****CONCESSÃO DE OBRAS PÚBLICAS: "CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UM TERRENO MUNICIPAL PARA CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE COMPLEXO DESPORTIVO INTEGRADO".****DECISÃO SOBRE PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ENTREGA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO EM FALTA.****I.- Introdução e identificação:****Identificação do procedimento: Concurso Público para a "CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UM TERRENO MUNICIPAL PARA CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE COMPLEXO DESPORTIVO INTEGRADO".****Identificação do órgão competente para a decisão de contratar: Câmara Municipal de Braga, no uso de competência própria, de acordo com o disposto no artigo 18.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, mediante autorização da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 25.º n.º 1, alínea p) da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro.****Prazo de execução: 480 dias****Identificação do Júri: Membros efetivos:**

João Correia (Presidente)

Gaspar Silva (Substitui o Presidente nas suas ausências e/ou impedimentos)

Ana Martins



**Membros suplentes:**

Alzira Torres

Valéria Borges

Por decisão da Câmara Municipal de Braga, tomada na reunião de 26/11/2018, mediante autorização da Assembleia Municipal, datada de 14/12/2018 o dono da obra, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por Concurso Público: CPCOP.1.18.DMOSM, em conformidade com a alínea a) do artigo 19.º; n.º 1 e 2 do artigo 36.º, artigo 38.º, artigos 130.º a 148.º, e artigos 407.º a 428.º todos do Código dos Contratos Públicos.

**II.- Pedido de prorrogação de prazo para apresentação dos documentos de habilitação em falta:**

Na sequência da adjudicação aprovada pela Câmara Municipal de Braga, na reunião de 11/02/2019, foi notificada, em 14/02/2019, a empresa adjudicatária, SUPERA AREEIRO, SA., para a apresentação, no prazo de 6 dias úteis, dos documentos de habilitação solicitados na cláusula 21ª do Programa de Concurso.

A empresa SUPERA AREEIRO, SA apresentou dentro do prazo estabelecido para o efeito, os documentos solicitados. No entanto, dado que a empresa apresentou documento comprovativo da titularidade de alvará, emitido pelo IMPIC, referente a obras particulares e considerando que, o contrato de concessão de obras públicas é um contrato administrativo, cuja formação deve ser precedida de procedimento de contratação pública, aplicando-se as regras previstas no *Código dos Contratos Públicos*, foi notificada a empresa para apresentar o alvará de obras públicas emitido pelo IMPIC, concedendo-lhe para o efeito um prazo de 5 dias úteis.

A empresa veio, em 04/03/2019 (data limite para apresentar os documentos de habilitação em falta), solicitar uma prorrogação do prazo para o efeito, por 10 dias úteis, não obstante estar a envidar todos os esforços no sentido de garantir a sua apresentação no mais curto prazo possível.

**III.- Recomendação ao órgão decisor:**

**Propõe-se a aprovação do pedido apresentado pela empresa adjudicatária, que se anexa, e da consequente prorrogação do prazo por 10 dias úteis.**

06 de março de 2019

DMOSM,



(Ana Martins, Eng.ª Civil)



supera

PROCEDIMENTO N.º 11074/2018

**CONTRATO CPCOP.1.18.DMOSM “CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UM TERRENO MUNICIPAL PARA CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE COMPLEXO DESPORTIVO INTEGRADO”**

### À CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

João Paulo de Almeida Rainha Perry da Câmara, número de documento de identificação 181117983, com morada em Avenida de Roma nº 26 AA, 1000-266 Lisboa, na qualidade de representante legal de **Supera Arceiro, S.A.**, com número de identificação fiscal NIPC 509822533, e sede em Avenida de Roma nº 26 AA, 1000-266 Lisboa, adjudicatária no procedimento n.º 11074/2018, relativo à **“Concessão de exploração de um terreno municipal para construção e exploração de Complexo Desportivo Integrado”** em Braga, vem na sequência da notificação do Relatório elaborado por GESDATA, no passado dia 25 de fevereiro, relativo à habilitação do adjudicatário, informar e requerer o seguinte,

1. De acordo com o n.º 3 da Cláusula 21.ª do Programa de Procedimento, o adjudicatário, para além dos documentos de habilitação, deve apresentar através da plataforma eletrónica, até ao 6.º dia após notificação de adjudicação, “a titularidade de Alvará de Construção emitido pelo Instituto Público do Mobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC, IP) que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar”.
2. Ora, tendo em consideração que o objeto do contrato a celebrar na sequência do procedimento aqui em causa é a concessão de exploração de um terreno para construção e exploração de Complexo Desportivo Integrado, entendeu a Adjudicatária que a referida Cláusula se referia ao Alvará de Empreiteiro de Obras Particulares, emitido pelo IMPIC, IP, enquanto habilitação adequada e necessária à execução daquele objeto.
3. Acontece que, aquando da notificação da adjudicação, a ora Adjudicatária foi confrontada com a informação de que, afinal, esta teria de remeter documento demonstrativo da titularidade de Alvará de Construção de empreiteiro de obras públicas, facto que não consta, pelo menos de forma clara, do programa de procedimento.
4. Face ao exposto, a ora Adjudicatária encontra-se a envidar todos os esforços para, no mais curto prazo possível, possa remeter aquele a demonstração da titularidade do referido Alvará, seja demonstrando a sua titularidade por si ou por parte de uma empresa do Grupo no qual se integra, seja por parte de um subempreiteiro contratado,

1



5. No entanto, e não podendo, neste momento, garantir a apresentação do documento em causa dentro do prazo estabelecido para o efeito na Cláusula 21.ª do Programa de Procedimento, na medida em que, apenas foi confrontada com a sua necessidade, já com o prazo para o efeito em curso, não pode deixar de solicitar uma prorrogação do prazo de forma a impedir a caducidade da adjudicação, até porque a Adjudicatária reúne, efetivamente, todas as condições necessárias para a execução do contrato a celebrar.

Em Lisboa, a 1 de março de 2019.

Assinatura: João Paulo de Almeida Rainha Perry da Câmara.

[Assinatura  
Qualificada] JOÃO  
PAULO DE ALMEIDA  
RAÍNHA PERRY DA  
CÂMARA

Firmado digitalmente por [Assinatura Qualificada] JOAO PAULO DE ALMEIDA RAINHA PERRY DA CAMARA  
 Nombre de reconocimiento (DN): cn=SUPERA AIREIRO, S.A.,  
 email=Certificado para pessoa singular - Assinatura Qualificada,  
 title=Administrador com poderes para assumir individualmente a pessoa  
 ativa - Informação confirmada pela  
 Entidade de Certificação apenas na  
 data de emissão e que não foi  
 confirmada posteriormente a esse data,  
 serialNumber=POCP05510452,  
 cn=[Assinatura Qualificada] JOAO  
 PAULO DE ALMEIDA RAINHA PERRY DA  
 CAMARA  
 Fecha: 2019.03.04 17:41:25 +01'00'